

## Do livro *Independência Hispano-americana*, de Olmedo Beluche

I

### Teoria da Independência

(....)

A Independência da América foi um processo revolucionário, e como processo atravessou diversas fases e momentos, segundo entravam em cena os diversos setores sociais que compunham o império colonial espanhol. As personagens, que entram e saem de cena, representam setores sociais e políticos distintos e contrapostos, não uma amálgama uniforme como pinta a história oficial.

Mais ainda, seguindo o esquema clássico de todas as revoluções, a francesa ou a russa, o processo se moveu num esquema de pêndulo, da direita para a esquerda, até chegar a sua máxima radicalização para logo voltar à direita e moderar-se, porém, em uma nova realidade.

De acordo a nossa opinião, houveram quatro partidos ou setores sociais em luta: 1. **Os ultra realistas**, em especial os vice-reis e generais do exército que defendiam o *status* colonial anterior a 1810 (vice-reis como Abascal, oficiais do exército como Sámano, Liniers ou Morillo, e a alta hierarquia da Igreja católica); 2. **A elite crioula**, dedicada a exploração das fazendas ou ao comércio, negreiro e escravista, com líderes como Camilo Torres, Jorge Tadeo Lozano, García de Toledo, Rodríguez Domínguez, Belgrano, etc.); 3. **A pequena burguesia radical**, independentista e republicana na política, porém, moderada socialmente, como Francisco Miranda, Antonio Nariño, Simón Bolívar, Mariano Moreno; 4. **O povo explorado**, escravos negros, indígenas marginalizados, povo pobre, com líderes que proclamavam não só reforma política e social: como Carbonell, Hidalgo, Beruti, Gutierrez de Piñeres.

A realidade, que é mais rica que qualquer esquema, pariu uma personagem como Boves na Venezuela, monarquista na política, porém chefe da mais radical e poderosa revolução social, verdadeiro equivalente “hispanico” do regime de terror de Robespierre. A outra evolução interessante é a do próprio Simón Bolívar, sem dúvida a personalidade mais completa do período, sendo filho de fazendeiros crioulos escravistas (mantuanos), participou do processo desde o início entre os jovens radicais de Caracas (a Sociedade Patriótica), para assumir o poder na crise de 1811 a 1813, sendo derrotado pela revolução pela insurreição camponesa e escrava encabeçada por Boves, retornar do exílio das Antilhas com o projeto da Grande Colômbia, apoiando-se em moderadas reformas sociais (liberdade aos escravos que se somassem ao exército libertador), liderar a liquidação do regime colonial na América, entre 1819-1825, e finalmente, sair derrotado pelos crioulos conservadores de Bogotá em 1830. Sem dúvida, Bolívar é quase nosso equivalente de Napoleão.

#### O pêndulo revolucionário moveu-se assim:

**1810**, assume o poder a oligarquia crioula jurando lealdade a Fernando VII. Neste ano, só Hidalgo, no México, tem a perspectiva clara da necessidade da independência total da Espanha e sua monarquia borbônica, politicamente, e uma revolução social que liquidasse a escravidão e devolvesse a terra às comunidades indígenas.

**1811**, a resistência dos realistas às pequenas reformas produz uma reação que radicaliza o processo, assumindo o poder os setores da pequena burguesia radical que, então proclamam a independência da Espanha e estabelecem as primeiras repúblicas.

**1813-19**, impõe-se a contrarrevolução realista (monarquista) que derrota a independência em todos lados, salvo Buenos Aires. Ironicamente os monarquistas se apoiam nos setores mais

explorados, como os indígenas de Popayán que capturam a Nariño, ou os negros escravos e camponeses da Venezuela, que liderados por Boves derrotaram a república.

**1819-1825**, novo ascenso revolucionário catapultado pelo não cumprimento de reformas sociais e políticas por parte da monarquia espanhola, que acreditava poder voltar a 1808 como se nada tivesse acontecido. A independência também teve êxito devido à revolução liberal do general Riego na Espanha, que negou-se a enviar mais tropas para a América e impôs brevemente reformas democráticas a monarquia. Este fato não foi devidamente ponderado entre os historiadores hispano-americanos, talvez para não incomodar ao regime monárquico espanhol atual.

**1826-31**, estancamento e retrocesso do processo revolucionário, fracasso do projeto nacional da pequena burguesia radical (bolivariana), retomada do poder pelos setores oligárquicos crioulos, com a conseqüente crise dos projetos nacionais originais. Se expressou em Bogotá com a vitória dos santanderistas sobre os bolivaristas.

### **Não houve um projeto preconcebido de Independência**

Assim como hoje podemos assumir compromissos para tratar de forjar um futuro determinado, cujo resultado final está fora do nosso controle porque jamais poderemos dominar todos os fatores relacionados, ainda menos temos controle do que ocorre na luta de classes social nacional e mundial, nossos antecessores padeceram do mesmo problema. A história é um processo objetivo e não subjetivo.

Nunca houve um projeto pré-concebido de independência, nem desenho de estados nacionais, nem sequer nas mentes mais lúcidas, como a de Simón Bolívar. Houve demandas, reivindicações, programas (uns reformistas e outros revolucionários) que foram mudando conforme os fatos impunham o caminho a seguir. O processo de Independência não obedeceu nunca a um projeto pré-concebido de constituição de estados nacionais. Os atuais Estados hispano-americanos surgiram depois e não antes da Independência. Mais ainda, sua forma definida não ficou clara senão até as revoluções liberais da metade do século XIX.

Ainda que na formação dos estados nações hispano-americanos foi se impondo o esquema político administrativo herdado do sistema colonial espanhol, com seus vice-reinados e capitânias, percebidos por Simón Bolívar na sua carta da Jamaica (1815), as possibilidades no início foram múltiplas.

### **No início, os processos, expressados nas chamadas atas ou proclamações independentistas, foram mais municipais que “nacionais”.**

No vice-reinado de Nova Granada, em 1810-12, atuaram por conta própria cidades como Caracas, Bogotá e Cartagena, para não mencionar outras, e houve dois projetos de estados confrontados, o centralista, encabeçado por Nariño, e o federalista, por Camilo Torres. Era a época da “Pátria Boba”.

A Grande Colômbia só expressou por um breve e conflitivo período, 1821-1830, a continuidade político-administrativa do que foi a Nova Granada, para logo explodir três pedaços: Colômbia, Equador e Venezuela. Inclusive, a Colômbia posterior a 1830, seguiria sendo um “estado falido” ou débil, até 1876 com o projeto **A Regeneração** encabeçado por Rafael Núñez, quando começou a integrar-se o estado nacional moderno em torno às exportações cafeeiras. Ainda em 1903, persistia a débil integração nacional cujo principal sintoma se expressou na separação do Panamá promovida pelos Estados Unidos.

No Equador, até nossos dias, persistiu um projeto nacional tensionado entre dois polos, Quito e Guayaquil. Nem que dizer do vice-reinado peruano, dividido muito cedo em dois estados: Perú e Bolívia; ou o vice-reinado do Rio da Prata, confrontados projetos distintos entre o interior (as Províncias Unidas) e o porto de Buenos Aires, do qual surgiria a Argentina atual na segunda metade do século XIX; igual poderia dizer-se da capitania da Guatemala, brevemente anexada ao México (Nova Espanha) depois da independência, para tentar uma federação independente que finalmente rebentou em cinco pequenos estados.

Enfim, os fatos demonstram que não houve projetos nacionais pré-concebidos antes da independência e que, os estados nacionais atuais são produto de uma evolução posterior.

### **A Independência, um processo complexo de fatores externos e internos**

Então, devido a que se produziu esse conjunto de acontecimentos que hoje chamamos Independência? A análise deve considerar dois níveis de fatores importantes: os externos (ou internacionais) e os internos (que incluem os do sistema colonial de conjunto, a crise política da monarquia borbônica na Espanha e os fatores sociais próprios das colônias americanas).

Entre os fatores externos decisivos, o mais geral e influente, é o surgimento do moderno sistema capitalista industrial, que tinha a Inglaterra como sua vanguarda mundial. Desde o final do século XVII e ao largo do XVIII, o sistema colonial espanhol foi perdendo espaço frente à crescente invasão de manufaturas inglesas, assim como o controle do espaço marítimo que se expressou não só comercial como militarmente, também.

A monarquia borbônica espanhola tentou, através de medidas diversas, fechar a brecha crescente com o pujante capitalismo inglês, procurou fomentar a produção manufatureira e controlar o mercado interno do império colonial fechando-o às exportações inglesas. Porém, na medida em que não houve uma verdadeira revolução social que derrubasse o aparato parasitário da monarquia, uma enorme corte de nobres, soldados e padres católicos, cada medida tomada só serviu para retirar direitos a alguns setores sociais, em especial deste lado do mar, contribuindo para a crise crescente do regime.

Nesse sentido, as reformas políticas e tributárias de Carlos III, mediante as quais pretendia financiar seus grandes projetos e financiar as guerras que deviam sustentar o seu império, só serviram para fomentar as primeiras revoluções pré-independência: a insurreição dos povos indígenas do Paraguai em defesa das missões jesuíticas (1754-67); a insurreição popular indígena do Perú liderada por Tupac Amaru (1780); a revolução dos comuneiros na Nova Granada (1781); inclusive uma revolução popular em Madri (1776).

A derrota espanhola em Trafalgar (1805), permitiu aos ingleses consolidar seu domínio marítimo e suas posteriores invasões, ainda que falidas, ao rio da Prata (1806 e 1807), assim como jogar por um momento, disputando o controle político sobre a América espanhola através da rainha Carlota, mulher do rei português instalado no Brasil, devido a invasão napoleônica.

O outro fator externo de muita importância, é o outro polo de modernização capitalista do mundo de então: a França, a partir da revolução de 1789 e do regime de Napoleão Bonaparte. Apesar da liquidação dos bourbons franceses pela revolução, os bourbons espanhóis seguiram jogando como aliados e depois como peões da França em seu confronto crescente com a Inglaterra.

Em 1807, Napoleão invade Portugal através da Espanha com a anuência da monarquia espanhola, com o qual ficou exposta sua debilidade política e militar, que leva o imperador francês a concluir que podia tomar militarmente a Espanha e sentar no trono espanhol seu irmão

José, como efetivamente fez em 1808-1809. A luta pela sucessão dinástica entre Carlos IV e seu filho Fernando VII facilitou os planos de Napoleão e permitiu levar a ambos prisioneiros e obrigou-os a abdicar.

Neste fato, a invasão napoleônica da Espanha e a imposição de José Bonaparte como rei (junho de 1809) deu início ao processo independentista frente a invasão francesa e não diante da monarquia espanhola, que estava presa em Bayona.

Por isso, longe do que afirma a história oficial e os atos comemorativos de 2010, em 1810 não se proclamou nenhuma independência frente a Espanha (salvo Hidalgo no México), mas ao contrário, as atas desse ano, saídas dos congressos e assembleias proclamam sua lealdade ao Bourbon espanhol preso na França, Fernando VII.

### **As Atas de 1810: independência frente a Napoleão e submissão a Fernando VII**

A luta pela independência em 1809 e 1810, tanto na Espanha como na América espanhola é uma luta contra a ocupação francesa, não pela autonomia contra a Espanha. Daí os juramentos de lealdade a Fernando VII das atas de 1810, daí seu reconhecimento a Junta de Sevilha e ao posterior Conselho de Regência.

Mais ainda, em 1810 o processo começa com uma proclamação do Conselho de Regência (janeiro) que, reconhecendo sua incapacidade para governar desde o bastião que lhe restava em Cádiz, protegido pelos ingleses, convoca os parlamentos (Cabildos) e Vice-Reis a proclamar Juntas de Governo que assumam o controle em cada região: Caracas (abril), Buenos Aires (maio), Bogotá (julho), Grito de Dolores no México (setembro).

**A mudança política real das Juntas de 1810 e da referida proclamação do Conselho de Regência é que, pela primeira vez na história colonial espanhola, se outorgou a classe economicamente governante das colônias, os crioulos, direitos políticos iguais que aos espanhóis, porém, sob o paraquedas político do regime monárquico de Fernando VII, pelo menos formalmente.**

Segundo o historiador colombiano Liévano Aguirre, **a burguesia hispano-americana, a casta dos crioulos, não atuou inspirada nos ideais da Revolução Francesa, senão o contrário, atuou por temor a que a monarquia de José Bonaparte pudesse inseminar o vírus francês da “liberdade” e a “igualdade” entre os explorados da América.**

**A elite crioula instalou suas Juntas e proclamou suas Atas, para evitar uma revolução, não para fazê-la.** Isso é o que oculta a história oficial. A esse respeito, Liévano Aguirre, cita bastante ao crioulo mais destacado de Nova Granada, Camilo Torres.

A burguesia crioula era tão medrosa que, no momento de conhecer-se a proclamação do Conselho de Regência, buscou um acordo com os vice-reis para que se incorporassem a tomada de decisões mediante Juntas em que compartilhavam o poder. No geral, a atitude dos vice-reis e a alta oficialidade foi de ocultar o documento e, quando se conheceu, evitar qualquer reforma política.

O temor do crioulismo de enfrentar o poder colonial, quase faz fracassar o assunto. E, em todos os casos, foram os setores radicalizados do povo que se mobilizaram para impor pela força a derrubada dos vice-reis, fazer valer as Juntas e mudar a situação política. Este papel foi jogado por Beruti em Buenos Aires e Carbonell em Bogotá.

Como em todas as revoluções, no primeiro momento, pese a ser o ator decisivo nos fatos, o povo não tomou o poder através dos tribunos ou setores radicalizados da pequena burguesia, a

baixa oficialidade ou profissionais como advogados e médicos, senão que o entregou aos “notáveis” da oligarquia local.

A resistência da elite crioula em introduzir reformas radicais permitiu a rearticulação dos setores mais retrógrados do exército, apoiados convenientemente pelos vice-reis do Perú e México, aonde não perderam o controle. A única exceção foi no vice-reinado do Rio da Prata, aonde a Primeira Junta, inspirada por Mariano Moreno, ordenou a tempo o fuzilamento do realista Liniers.

### **Revolução e contrarrevolução na independência**

É assim que, no final de 1810 e início de 1811, se deu uma contraofensiva dos militares realistas desde diversos pontos em direção as cidades e regiões controladas pelas novas juntas. O qual gera a necessidade de defender-se, mobilizar o povo e criar um novo exército.

É neste ponto aonde os setores radicais da pequena burguesia assumem a defesa e logo o controle político, escanteando a oligarquia medrosa. Nesta conjuntura, 1811, assumem o poder Nariño em Bogotá, apoiado pelas tropas de Carbonell; Francisco de Miranda, Simón Bolívar, Ribas e outros em Caracas; os Gutiérrez de Piñeres em Cartagena.

O mais interessante desta fase é que os realistas, na falta de base social e de reforços desde Espanha, recorreram aos setores mais explorados do povo, agitando-os contra os crioulos, seus exploradores diretos e apresentando a monarquia como sua protetora. Em Nova Granada, a contraofensiva monárquica começa no início de 1811, na Guayana, a oeste da Venezuela, e no sul da Colômbia, em Popayán. Isto levou a que os setores radicais da pequena burguesia (nossos “jacobinos”) se levantem diante da debilidade e inconseqüência da elite crioula conservadora.

Em Caracas, os jovens agrupados na Sociedade Patriótica, encabeçada por Francisco de Miranda, Simón Bolívar e José Félix Ribas assumem o poder e proclamam a primeira república em **5 de julho de 1811**. Em Bogotá sucede o mesmo, onde os setores radicais, dirigidos por Antonio Nariño e José M. Carbonell entram no Palácio dos Vice-reis e depõe José Tadeo Lozano, **em 9 de setembro**. Em Cartagena, o bairro popular de Getsemaní se levanta e o Regimento de Lanceiros, dirigidos por Joaquín Villamil e Gabriel García de Piñeres, depõe e prendem o aristocrata García de Toledo, no dia **11 de novembro de 1811**.

### **Estas insurreições populares de 1811, e não as de 1810, são as que marcam o ato da verdadeira independência e o estabelecimento dos primeiros governos verdadeiramente republicanos.**

Porém, sua duração será efêmera por dois motivos: internamente, os setores conservadores crioulos não foram completamente derrotados e manteriam uma espécie de dualidade de poder que debilitou a ação dos novos governantes; e externamente, começava a crise do regime de Napoleão, depois do fracasso da invasão da Rússia, com o qual se abriu o caminho da restauração de Fernando VII no trono da Espanha.

Entre 1811 e 1814, o conflito mais dramático se deu na Venezuela, tendo diversos momentos: fracasso de Miranda que entrega a capital ao general realista Monteverde diante do temor a uma insurreição de escravos; logo, a *Campanha Admirável* e o decreto de Guerra até a Morte de Bolívar que lhe permite derrotar Monteverde e retomar Caracas; finalmente, uma insurreição camponesa e escrava, dirigida por José Tomás Boves, em nome do Rey espanhol, destruiu a República e terminou derrotando Bolívar.

Na Colômbia, Antonio Nariño, depois de brilhantes vitórias políticas e militares, terminou preso e derrotado por uma combinação de traição da oficialidade próxima aos crioulos conservadores e um exército de indígenas de Popayán porém ao serviço de generais monarquistas.

A restauração do trono de Fernando VII permitiu o envio de um exército poderoso encabeçado pelo general Morillo que devia restaurar a ordem política anterior a 1809-10. Originalmente seu destino era o sul, Buenos Aires, porém, diante das notícias da revolução popular escrava de Boves na Venezuela, ainda que fosse em nome do Rei, este lhe encomendou controlar Nova Granada. E o fez a sangue e fogo, pagando com sua vida inclusive os moderados do crioulismo, como o próprio Camilo Torres.

É impossível resumir nestas poucas páginas, que não pretendem ser um livro, a quantidade de fatos que provam os vaivéns do processo revolucionário, os confrontos de classe, do que chamamos genericamente a Independência. **Porém, basta dizer que este processo, a independência, só se consolida a partir de 1819-21, quando se combinam três elementos decisivos:**

**1. Tentativa da monarquia de sustentar um regime repressivo para voltar ao ponto morto prévio a crise**, sem ceder a reforma política sonhada pelos crioulos, que lhes permitissem sua participação na administração pública; e a negação das demandas sociais do povo explorado, como o fim da escravidão e a terra para os povos originários.

**2. A integração de ambas demandas, políticas e sociais, em um só programa revolucionário, que consegue Simón Bolívar** graças às suas reflexões realizadas durante seu exílio antilhano, e que se expressaram militarmente na integração ao seu exército do mulato Piar o camponês Páez.

**3. A revolução liberal dos generais Riego e Quiroga na Espanha**, que se levantaram em armas com um exército de 22 mil soldados, restaurando a Constituição de Cádiz de 1812. Isso impediu o deslocamento massivo de tropas para a América Espanhola e facilitou, sem dúvida, a vitória de Bolívar em Carabobo e a proclamação da Grande Colômbia.

Ainda que Fernando VII recupera plenamente o poder em 1825, apoiado por uma invasão francesa e a reacionária Santa Aliança, já era muito tarde pois nesse ano as vitórias militares de Bolívar e Sucre no Peru e na Bolívia tinham consolidado a independência e as repúblicas no continente. Ademais, no plano internacional, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos (“*América para os americanos*”) impuseram seu peso a favor das novas nações.

De maneira que, na última fase, 1825-31, a luta política se resolveu entre os setores políticos radicais e conservadores crioulos. Em Nova Granada, entre santanderistas e bolivaristas; no Rio da Prata entre as Províncias Unidas e os comerciantes e pecuaristas de Buenos Aires.

#### **Bibliografía**

1. Bolívar, Simón. *Doctrina del Libertador*. Biblioteca Ayacucho. Caracas, 1985.
2. Liévano Aguirre, Indalecio. *Los grandes conflictos sociales y económicos de nuestra historia*. Círculo de Lectores, S.A. Bogotá, 2002.
3. Uslar Pietri, Juan. *Historia de la rebelión popular de 1814*. EDIME. Caracas – Madrid, 1962.
4. *Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)*. Biblioteca Ayacucho. Volúmenes XXIII y XXIV. Caracas, 1977.
5. Luna, Félix. *La independencia argentina y americana (1808-1824)*. La Nación. Buenos Aires, 2003.
6. Arosemena, Mariano. *Apuntamientos históricos*.